>>> **ADS ER EÓLICA CORREDOR DO SENANDES II S.A.**

fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 à data de relato. **b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 17 - Contratos de seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação. Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiros da Companhia. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis): Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. **3. Gestão de risco e instrumentos financeiros** – a) Considerações gerais e políticas: A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos. A classificação depende da finalidade para qual foram adquiridos. A administração determina sua classificação no seu reconhecimento inicial. A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia. A Companhia reconhece seus recebíveis inicialmente na data em que foram faturados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. b) Fatores de risco financeiro: As atividades da companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. *b.1) Risco de mercado:* A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros. *Risco de taxa de juros:* O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos longo prazo. A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos, são corrigidos pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras. Para a análise de sensibilidade das taxas de juros sobre os empréstimos e aplicações financeiras, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de juros flutuante utilizada para apuração nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, da taxa de juros no cenário provável. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados para essas operações:

Exposição e análise de sensibilidade das taxas de juros

Exposição	Risco	Tipo	Vencimento	Taxa efetiva em 31/12/2022	Provável Valor	Apreciação 25% %	Apreciação 25% Valor	Apreciação 50% %	Apreciação 50% Valor
1.720	Alta do CDI	Aplicação financeira		10,55%	181	13,19%	227	15,82%	272
1.720					**181**		**227**		**272**
Exposição	**Risco**	**Tipo**	**Vencimento**	**Taxa efetiva em 31/12/2022**	**Provável Valor**	**Deterioração 25% %**	**Deterioração 25% Valor**	**Deterioração 50% %**	**Deterioração 50% Valor**
1.720	Baixa do CDI	Aplicação financeira	23/01/2023	10,55%	181	7,91%	136	5,27%	91
1.720					**181**		**136**		**91**
Exposição	**Risco**	**Tipo**	**Vencimento**	**Taxa efetiva em 31/12/2021**	**Provável Valor**	**Apreciação 25% %**	**Apreciação 25% Valor**	**Apreciação 50% %**	**Apreciação 50% Valor**
8.401	Alta do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	329	4,89%	411	5,87%	493
8.401					**329**		**411**		**493**
Exposição	**Risco**	**Tipo**	**Vencimento**	**Taxa efetiva em 31/12/2021**	**Provável Valor**	**Deterioração 25% %**	**Deterioração 25% Valor**	**Deterioração 50% %**	**Deterioração 50% Valor**
8.401	Baixa do CDI	Aplicação financeira	21/01/2022	3,92%	329	2,94%	247	1,96%	164
8.401					**329**		**247**		**164**
Exposição	**Risco**	**Tipo**		**Taxa efetiva em 31/12/2022**	**Provável Valor**	**Apreciação 25% %**	**Apreciação 25% Valor**	**Apreciação 50% %**	**Apreciação 50% Valor**
29.826	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100%	2.613	125%	3.266	150%	3.920
29.826					2.613		3.266		3.920
Exposição	**Risco**	**Tipo**		**Taxa efetiva em 31/12/2022**	**Provável Valor**	**Deterioração 25% %**	**Deterioração 25% Valor**	**Deterioração 50% %**	**Deterioração 50% Valor**
29.826	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100%	2.613	75%	1.960	50%	1.307
29.826					2.613		1.960		1.307
Exposição	**Risco**	**Tipo**		**Taxa efetiva em 31/12/2021**	**Provável Valor**	**Apreciação 25% %**	**Apreciação 25% Valor**	**Apreciação 50% %**	**Apreciação 50% Valor**
33.418	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100%	2.516	125%	3145	150%	3774
33.418					2.516		3.145		3.774
Exposição	**Risco**	**Tipo**		**Taxa efetiva em 31/12/2021**	**Provável Valor**	**Deterioração 25% %**	**Deterioração 25% Valor**	**Deterioração 50% %**	**Deterioração 50% Valor**
33.418	BNDES	Empréstimos e financiamentos (passivo)		100%	2.516	75%	1.887	50%	1.258
33.418					2.516		1.887		1.258

b.2) Risco de crédito: A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Consideram baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras com as quais operam, que são consideradas pelo mercado como de primeira linha. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. *b.3) Risco de liquidez:* A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não descumpra os limites ou cláusulas do empréstimo, quando aplicável, em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda. O Departamento de Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, onde aplica-se somente aos instrumentos financeiros, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Em 31 de dezembro de 2022	Fluxo de caixa contratual	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Fornecedores	**28**	**28**	–	–	–
Outras contas a pagar	**35**	**35**	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	**29.826**	**3.942**	**3.942**	**3.942**	**18.000**
Dividendos a pagar	**634**	**634**	–	–	–
Passivo de arrendamentos	**1.298**	**303**	**995**	–	–
Posição líquida	**31.821**	**4.942**	**4.937**	**3.942**	**18.000**
Em 31 de dezembro de 2021	**Fluxo de caixa contratual**	**Menos de um ano**	**Entre um e dois anos**	**Entre dois e cinco anos**	**Acima de cinco anos**
Fornecedores	199	199	–	–	–
Outras contas a pagar	171	171	–	–	–
Passivo com partes relacionadas	538	538	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	33.418	3.919	3.919	3.919	21.661
Dividendos a pagar	1.155	1.155	–	–	–
Passivo de arrendamentos	1.149	1.149	–	–	–
Posição líquida	36.630	7.131	3.919	3.919	21.661

c) Classificação dos instrumentos: A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada abaixo em 2022 e 2021:

Valor justo por meio do resultado	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Caixa e equivalentes de caixa	**4.425**	8.985
Títulos e valores mobiliários	**3.064**	2.035
Custo amortizado		
Contas a receber de clientes	**3.248**	3.612
Outros recebíveis	**31**	203
	10.768	14.835
Custo amortizado		
Fornecedores	**28**	199
Empréstimos e financiamentos	**3.942**	3.918
Passivo de arrendamento	**1.298**	1.149
Dividendos a pagar	**634**	1.155
Partes relacionadas	–	538
Outras contas a pagar	**35**	171
	5. 937	7.130

Classificação contábil e mensuração dos valores justos: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

		31/12/2022		31/12/2021	
Ativos	**Mensuração a valor justo**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	**4.425**	**4.425**	8.985	8.985
Contas a receber de clientes	Nível 2	**3.248**	**3.248**	3.612	3.612
Outros recebíveis	Nível 2	**31**	**31**	203	203
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	**3.064**	**3.064**	2.035	2.035
		10.768	**10.768**	14.835	14.835
Passivos					
Fornecedores	Nível 2	**28**	**28**	199	199
Partes relacionadas	Nível 2	–	–	538	538
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	**3.942**	**3.942**	3.918	3.918
Passivo de arrendamento	Nível 2	**1.298**	**1.298**	1.149	1.149
Dividendos a pagar	Nível 2	**634**	**634**	1.155	1.155
Outras contas a pagar	Nível 2	**35**	**35**	171	171
		5.937	**5.937**	7.130	7.130

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 2021: • Caixa e equivalentes de caixa: são apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil. • Contas a receber de clientes e partes relacionadas: decorrem diretamente das operações da Companhia e seus clientes e são classificados como curto. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Empréstimos e financiamentos: são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores contratuais. • Fornecedores a pagar e fornecedores partes relacionadas: decorrem diretamente das operações de compra de mercadorias da Companhia com seus fornecedores e são classificados como custo amortizado. São registrados pelos seus valores originais que se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras. • Outros recebíveis e outras contas a pagar: são apresentados pelo seu valor original que se assemelham ao valor justo na data de encerramento das demonstrações financeiras. d) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

	2022	2021
Empréstimos e financiamentos (Nota 9)	**29.826**	33.418
Passivo de arrendamento (Nota 7.b)	**1.298**	1.341
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	**(4.425)**	(8.985)
(-) Títulos e valores imobiliários (Nota 6)	**(3.064)**	(2.035)
Dívida líquida	**23.635**	23.739
Total do patrimônio líquido	**36.402**	39.339
Total do capital	**60.037**	63.078
Índice de alavancagem financeira - %	**39%**	38%

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	**2.705**	584
Aplicações financeiras (i)	**1.720**	8.401
	4.425	8.985

(i) Referem-se aos certificados de depósito bancário, remunerados em 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 2021, com liquidez imediata.

5. Contas a receber	2022	2021
Direitos a faturar (i)	**3.018**	2.835
Clientes nacionais	**230**	777
	3.248	3.612

Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturamento de energia elétrica que é faturado 60 dias após a medição; Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as análises de vencimentos dos clientes nacionais encontram-se em aberto, conforme a seguir:

	2022	2021
Vencidos		–
Até três meses	**230**	102
De três a seis meses	–	138
Acima de seis meses (a)	–	537
	230	777

(a) A Companhia possuía saldos a receber vencidos classificados como "Acima de seus meses" o qual não foram provisionados para perda em 2021. Em 2022 esses saldos foram recebidos e/ou baixados. **6. Títulos e valores mobiliários** – Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 3.064 (R$ 2.035 em 2021), remunerados em 99 % do CDI (em 2022 e 2021) refere-se às garantias para cobertura dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Financiamento com o BNDES (Nota 9), com os resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais. **7. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento** - a) Direito de uso de ativos, líquido

	Terrenos
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.275
Depreciação	(51)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	**1.224**
Depreciação	**(50)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.174**

b) Passivo de arrendamento

	Terrenos
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	1.341
Juros incorridos	144
Pagamentos	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	1.321
Juros incorridos	**142**
Pagamentos	**(165)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.298**
Circulante	**303**
Não circulante	**995**
	1.298

8. Imobilizado

	Edificações e instalações	Moveis e utensílios	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	62.122	13	62.135
Aquisições	–	30	30
Depreciação	(3.638)	(2)	(3.640)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.484	41	58.525
Baixas	–	**(10)**	**(10)**
Depreciação - baixas	–	**10**	**10**
Depreciação	**(3.637)**	**(4)**	**(3.641)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**54.847**	**37**	**54.884**
Taxas anuais de depreciação - %	**4**	**10**	

9. Empréstimos e financiamentos

Moeda nacional	2022	2021
BNDES	**29.826**	33.418
Circulante	**3.942**	3.918
Não circulante	**25.884**	29.500

Em 04 de outubro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R$ 57.052, com vencimento final em 15 de setembro de 2030. A primeira tranche foi liberada no dia 29 de novembro de 2013, no montante de R$ 44.296 a segunda tranche foi liberada em 27 de agosto de 2014, no montante de R$ 11.116 a terceira tranche de R$ 247 foi liberada em 18 de agosto de 2017, a quarta tranche de R$ 70 foi liberada em 27 de junho de 2018 e a quinta tranche R$ 73 foi liberada em 22 de maio de 2019. Como houve cancelamento do saldo restante a liberar, não há mais saldo a liberar para este contrato. **a) Movimentação**

Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.225
Encargos financeiros provisionados	2.515
(-) Juros pagos	(2.516)
(-) Amortização do principal	(3.806)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**33.418**
Encargos financeiros provisionados	**2.609**
Atualização monetária	**228**
(-) Juros pagos	**(2.613)**
(-) Amortização do principal	**(3.816)**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**29.826**

b) Garantias: O financiamento de longo prazo do BNDES foi concedido sob a modalidade de *project finance*, ou financiamento com garantias de projeto, onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da Companhia. **c) *Covenants:*** Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue: **(i)** Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa/SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses. **d) Prazo de vencimento:** O montante registrado no passivo não circulante tem a seguinte composição consolidada, por ano de vencimento:

	2022
2024	3.942
2025	3.942
2026 a 2030	18.000
	25.884

10. Partes relacionadas – **a) Passivo**

	2022	2021
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A. **(i)**	**634**	1.155
ADS ER Vento Aragano I SA **(ii)**	–	538
Total	**634**	1.693

(i) Valor referente a dividendos a pagar **(ii)** O montante registrado em 31 de dezembro de 2021 refere-se ao rateio de despesas administrativas do Complexo Senandes II que foram pagas pelo Complexo Aragano I. **11. Patrimônio líquido** – **a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia está representado da seguinte forma:

	Ações		Em reais	
	2022	**2021**	**2022**	**2021**
ADS ER Complexo Eólico Corredor dos Senandes S.A.	**31.007.643**	31.007.643	**29.813.999**	29.813.999
NC Energias Renováveis S.A.	**1**	1	**1**	1
	31.007.644	31.007.644	**29.814.000**	29.814.000

b) Reservas de lucros: De acordo com o estatuto social, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir: **i) Reserva legal:** É constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até alcançar 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do valor da reserva de capital, exceda a 30% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia destinou o montante de R$ 133 (R$ 243 em 2021), totalizando o montante de R$ 831 (R$ 698 em 2021) para reserva legal. **c) Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária, conforme cálculo demonstrado a seguir:

	2022
Lucro líquido do exercício	**2.669**
(-) Constituição da reserva legal	**(133)**
Base de cálculo dos dividendos	**2.536**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**634**

Adicionalmente em 2022 a Companhia distribuiu dividendos de exercícios anteriores no montante de R$ 4.972. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é apresentada a seguir:

	2022	2021
Saldo inicial	**1.155**	1.833
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	**634**	1.155
Dividendos de exercícios anteriores propostos	**4.972**	–
Pagamentos de dividendos	**(6.127)**	(1.833)
Saldo final	**634**	1.155

12. Receitas operacionais líquidas

	2022	2021
Receita com venda de energia	**14.494**	12.713
Direitos a faturar	**183**	504
(-) Impostos sobre venda	**(536)**	(482)
	14.141	12.735

13. Custo dos produtos vendidos

	2022	2021 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	**(3.829)**	(3.829)
Custos com serviços de terceiros	**(682)**	(544)
Custos com manutenção e conservação	**(2.439)**	(947)
	(6.950)	(5.320)

14. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Gastos com materiais diversos	**(74)**	–
Premio de seguro	**(185)**	(153)
	(259)	(153)

15. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2022	2021
Receita com penalidade pelo não atingimento do índice garantido (i)	**191**	1.387
Impostos e taxas regulatórias	**(1.282)**	(891)
Outras despesas operacionais	**(222)**	(4)
	(1.313)	492

(i) Refere-se a uma penalidade paga pelo cliente em casos em que a energia consumida mensal pelo mesmo não atinge o mínimo do índice garantido acordado em contrato de fornecimento. **16. Resultado financeiro**

	2022	2021 (Reapresentado)
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos (Nota 9)	**(2.609)**	(2.515)
Juros e comissões bancárias	**(76)**	(68)
Juros de arrendamento - IFRS 16	**(144)**	(144)
Atualizações monetárias	**(232)**	–
	(3.061)	(2.727)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	**816**	341
	816	341
Resultado financeiro líquido	**(2.245)**	(2.386)

17. Imposto de renda e contribuição social – Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

i) Imposto de renda

	2022	2021
Receita bruta de vendas	**14.494**	12.713
Direitos a faturar	**183**	504
Total da receita bruta tributável	**14.677**	13.217
Base de cálculo sobre receita bruta (8%)	**1.174**	1.057
Receita financeira	**814**	341
Base de cálculo do imposto de renda	**1.988**	1.398
Impostos de renda (15%)	**(298)**	(210)
Adicional imposto (10%)	**(175)**	(116)
Total do Imposto de renda do exercício	**(473)**	(326)

ii) Contribuição social

	2022	2021
Receita bruta de vendas	**14.494**	12.713
Direitos a faturar	**183**	504
Total da receita bruta tributável	**14.677**	13.217
Base de cálculo sobre receita bruta (12%)	**1.761**	1.586
Receita financeira	**814**	341
Base de cálculo da contribuição social	**2.575**	1.927
Contribuição social do exercício (9%)	**(232)**	(173)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**(705)**	(499)

18. Lucro por ação – O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	2022	2021 (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**2.669**	4.869
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**31.008**	31.008
Lucro básico e diluído por ação - R$	**0,09**	0,16

Os lucros básico e diluído por ação são iguais, pois não há ações com possível efeito diluidor. **19. Provisão para riscos** – A Companhia com base na opinião de seus assessores legais, não possui processos passivos em aberto, independente da probabilidade de perda para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **20. Seguros** – A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas da administração, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou os seguintes seguros:

Modalidade	Vigência:	Cobertura
Responsabilidade civil geral	31 de julho de 2023	15.000
Riscos operacionais	31 de março de 2023	778.864

21. Eventos subsequentes – Julgamento STF - "Quebra" de decisões judiciais definitivas: Em 8 de fevereiro de 2023, o Plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885 de repercussão geral, correspondentes aos Recursos Extraordinários nº 949.297 e 955.227, respectivamente, cuja temática é a possibilidade de cessação ou não da eficácia da coisa julgada em relações tributárias de trato continuado, após suceder pronunciamento da Suprema Corte de forma contrária à decisão anteriormente obtida favoravelmente ao contribuinte. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.